

FUNCIONALISMO E LINGÜÍSTICA DO TEXTO

Maria Helena de Moura NEVES¹

▣ **RESUMO:** O trabalho defende que as noções teóricas básicas da Lingüística do Texto (LT) estão contidas nas propostas teóricas da Gramática Funcional (GF). Argumenta-se que, se a LT tem em vista a “competência textual”, só se pode admitir um aparato de análise que contemple o uso da língua produzindo sentidos para cumprir funções, isto é, uma teoria que faça, acima de tudo, a interpretação dos textos (interacionalmente motivados), que são, afinal, as reais unidades de uso.

▣ **PALAVRAS-CHAVE:** Lingüística do texto; funcionalismo; competência textual.

Apresentação e discussão do tema

A Lingüística do Texto (LT)² é uma disciplina que vem há algumas décadas revolucionando os estudos lingüísticos. Condutora de muitos dos principais trabalhos que se têm preparado modernamente sobre os diferentes aspectos da investigação lingüística, ela evoluiu a partir de uma análise que nasceu como extensão da lingüística da frase, e que, portanto, via o texto como um encadeamento de frases³. Entretanto, ela consolidou-se exatamente como um

¹ Departamento de Pós-Graduação – Universidade Presbiteriana Mackenzie-UPM, 01302-907, São Paulo-SP, Brasil. Departamento de Lingüística – Faculdade de Ciências e Letras-UNESP, 14800-901, Araraquara-SP, Brasil. Pesquisadora do CNPq. E-mail: mhmneves@uol.com.br.

² Esse é o rótulo mais geral da disciplina, ao lado de “Lingüística Textual”, embora só possa tratar-se, a rigor, de uma investigação textual-interativa, textual-discursiva.

³ Cite-se Beaugrande (1997, p.1): “Defendo [...] a opinião de que a lingüística textual, originalmente, se formou para tratar melhor de certos problemas que já tinham aparecido na chamada lingüística oracional. Apenas posteriormente, ela foi interpretada como um contraprojeto.” Observe que li esse texto de Beaugrande

aparato de investigação que prescindia da consideração de instâncias menores pré-estabelecidas e pré-estudadas, porque fixa como objeto de estudo o texto em si e por si, assegurada, obviamente, sua inserção na instância de produção. Afinal, há de ser reconhecido, com Beaugrande (1997, p.4), que “[...] o trabalho com textos mudaria a paisagem teórica e prática da lingüística”.

Em 1983, Koch e Fávero registram como objeto de investigação da LT “[...] não mais a palavra ou a frase, mas sim o texto, por serem os textos a forma específica de manifestação da linguagem”, e referem-se à LT como um novo ramo da Lingüística (KOCH; FÁVERO, 1983, p.11). Quase vinte anos depois, Vilela e Koch (2001, p.443) já observam que a afirmação de que a Lingüística Textual ou Teoria do Texto é um ramo recente da Lingüística vai perdendo a sua validade, pois a Lingüística do Texto, hoje, atingiu a maturidade.

De todo modo, é necessário buscar entender o que é, exatamente, “um ramo da Lingüística”, seja novo seja maduro. Uma proposta? Uma técnica? Uma metodologia de investigação? Ou simplesmente, e exatamente, o espaço de definição de uma nova unidade de análise até determinado momento não considerada como passível de investigação, a não ser para exame de aspectos estilísticos, e, portanto, fortuitos? Porque, com certeza, nenhum dos estudiosos que se têm dedicado a esse “ramo” pode invocá-lo como uma teoria, embora saibam todos muito bem que nenhuma investigação coerente se faz sem uma teoria que a sustente⁴. Por isso mesmo, nos diversos trabalhos consistentes da LT aparecem, necessariamente, marcas avulsas de sustentações teóricas, às vezes declaradas, mas na maior parte das vezes, não.

Está afirmado em Koch e Fávero (1983, p.17) que gramática textual não é um tipo específico de gramática, como a estrutural, a gerativo-transformacional ou a funcional, mas que fragmentos de gramáticas textuais podem ser formulados em termos de qualquer um destes modelos.

Entretanto, teorias do texto já foram formuladas para abrigar essa disciplina⁵, como fez, por exemplo, Petöfi (1971, 1972), que colocou a gramática do texto no arcabouço mais amplo de uma teoria do texto que abrigava um

quando este artigo já estava praticamente pronto. Entretanto, no texto encontrei importante respaldo para o que defendo, e, por isso, dele me valho seguidas vezes nesta Introdução.

⁴ Pertinente neste ponto é retomar a citação que Beaugrande (1997, p.5) faz de Heinemann e Viehweger (1991), os quais “[...] se referem a um considerável déficit teórico na lingüística textual e à necessidade de estabelecer um fundamento para esta disciplina”.

⁵ Como já indiquei aqui, a Lingüística do Texto começou como uma investigação transfrástica. Agora se aponta que ela passou por uma fase de elaboração de gramáticas textuais antes de chegar a uma Lingüística que parte do texto para buscar seqüências menores (CONTE, 1977). Acresça-se a esse percurso o avanço a partir de uma investigação que se fixava na rede textual para uma investigação que abrange toda a organização textual-interativa.

componente transformacional atuando sobre uma representação semântica⁶. Citando Pêtöfi (1979), Beaugrande (1997, p.1) refere-se à “confrontação entre lingüística textual e lingüística oracional, que se estendeu dos anos 60, 70 até os anos 80”, como “pouco satisfatória”⁷. Quem não se lembra, ainda, da proposta de Van Dijk (1972)⁸ de uma gramática gerativa do texto semelhante à gramática da frase, e da conseqüente polêmica com Dascal e Margalit (1974)⁹, que já asseguravam a impossibilidade desse tratamento?

⁶ Petöfi (1971), considerando as gramáticas de frase como incapazes de tratar devidamente os fenômenos lingüísticos, sugere uma interpretação lingüístico-semântica e também lógico-semântica da estrutura profunda, e, assim, une a semântica gerativa e a gramática interpretativa, nas suas propostas de uma gramática de texto. Petöfi (1972) põe em consideração os problemas teóricos fundamentais do modelo de frase da gramática transformacional de frases, bem como os desenvolvimentos posteriores que dizem respeito à representação semântica. Compara os dois modelos, mas a descrição adotada é a que o autor chama co-textual, isto é, a que repousa apenas sobre a informação que pode ser atingida com o auxílio de uma gramática explicitamente construída. A descrição gramatical do texto é vista como uma generalização da descrição gramatical da frase. Trabalhos subseqüentes do autor, entretanto, incluem aspectos da comunicação verbal na teoria do texto: Petöfi (1973) parte da mesma hipótese de que a gramática de texto pode e deve ser considerada como uma generalização da gramática de frase, mas leva em consideração não apenas as propriedades internas da estrutura textual (o co-texto), mas, ainda, os aspectos pragmáticos da comunicação verbal (o con-texto); Petöfi (1974) considera que a tarefa da teoria de texto é a reconstrução da atividade comunicativa verbal, e, por isso, a teoria é definida como “teoria da estrutura do texto – estrutura da comunicação”. A descrição dessa atividade levará à individualização de estratégias para a produção e compreensão dos textos. Estudam-se, ainda, as relações entre o mundo manifestado pela estrutura verbal e o mundo real, que não é, porém, a realidade objetiva definida e representada na mente do falante, mas é o mundo manifestado em doutrinas, normas jurídicas, ideologias, ciências. A teoria que opera o confronto desses mundos é chamada “teoria da estrutura do texto-estrutura do mundo”. Petöfi (1975) apresenta como componentes da representação semântica do texto: o conjunto de descrições de objetos referidos; o conjunto de proposições representadas; o conjunto de redes temáticas; a referência temporal; o conjunto de redes comunicativas; as relações entre os objetos do discurso. Esses componentes determinam a coerência tanto no nível superficial como no de estrutura profunda. Chega-se à coerência, determinada por esses componentes, tanto no nível superficial como no de estrutura profunda.

⁷ Especifica Beaugrande (1997, p.1): “A primeira confrontação é bastante conhecida: trata-se da dicotomia lingüística descritiva vs. lingüística gerativa. A primeira lingüística textual foi representada em ambas as correntes; na lingüística descritiva, o texto foi interpretado como ‘a unidade que ocupa, na hierarquia do sistema lingüístico, o próximo grau superior à oração’, e para a lingüística gerativa, o texto representou ‘uma seqüência bem formada de orações bem formadas’. Estas duas correntes, até então, tiveram pouco contato com o texto; cada uma por suas próprias razões: na lingüística descritiva, por exemplo, Bloomfield (1933) definiu a oração explicitamente como ‘a maior unidade lingüística’; e, na gramática gerativa, a oração se tornou axiomática. A definição de uma língua como ‘conjunto infinito de orações’ (CHOMSKY, 1957) fez com que a análise de unidades maiores aparecesse infrutífera.”

⁸ Van Dijk (1972) propõe uma gramática de texto de base semântico-gerativa na qual regras de base geram textos, não frases. A categoria maior dessa gramática é, pois, T (texto), e não S (frase; inglês: sentence). Para a defesa de uma gramática de texto, ele apresenta argumentos metodológicos e empíricos: metodologicamente, o argumento é que o domínio natural da gramática é o discurso, não as frases; empiricamente, revê-se a noção de competência de Chomsky (1957), com base na pesquisa psicolingüística. Van Dijk (1973) estuda mais acuradamente, na base da lógica natural, a estrutura profunda do texto defendida em Van Dijk (1972). Sugere a existência de uma lógica do texto, que gera representações lógicas das seqüências e especifica as regras de derivação.

⁹ Dascal e Margalit (1974), examinando os argumentos apresentados a favor da substituição das gramáticas de frase existentes por uma gramática de texto, concluem que eles não provêm uma base satisfatória para

Obviamente tais tentativas não puderam ser levadas adiante, pela própria incompatibilidade entre o fundamento teórico escolhido para sustentação da análise e o objeto de análise. Com efeito, se o que se tem em vista, na LT, é a competência textual do falante, isto é, o conjunto de “habilidades do usuário da língua” (KOCH; FÁVERO, 1983, p.14), só se pode admitir um aparato de análise que se volte para a língua em uso, isto é, uma teoria que contemple o uso da língua produzindo sentido para cumprir funções¹⁰. Parece muito evidente que a competência textual a que a Linguística do Texto visa tem abrigo exatamente naquilo que constitui o denominador comum das mais diversas teorias funcionalistas: a proposição da competência comunicativa como objeto de exame (HYMES, 1974), e, portanto, o direcionamento do exame para o uso linguístico¹¹.

Uma gramática funcional (GF), com efeito, faz a interpretação dos elementos que compõem as estruturas da língua (tendo em vista suas funções dentro de todo o sistema linguístico) e a interpretação do sistema (tendo em vista os componentes funcionais), mas faz, acima de tudo, a interpretação dos textos, que são considerados as unidades de uso. Como está em Neves (1997, p.25), em referência às propostas do funcionalista Givón (1984, p.40), o que se põe sob observação é não apenas o modo como se dá a concatenação das proposições, mas também as regras textuais a que as proposições devem ser submetidas para que não haja quebra da estrutura temática e para que haja coesão e coerência na composição linguística.

Incorpora-se nessa visão a integração dos diversos componentes – sintático, semântico e pragmático – o que representa o abandono do tratamento modular e a adoção do relacionamento de domínios funcionais: mais especificamente, propõe-se uma teoria funcional da sintaxe e da semântica que se desenvolva dentro de uma teoria pragmática. Se tal teoria abriga como regras não apenas

essa substituição. O abandono da gramática de frase pela de texto implicaria perda de precisão, o que significaria a renúncia ao que de mais importante se conseguiu com a revolução de Chomsky (1957): o estabelecimento da formalização na teoria linguística.

¹⁰ Beaugrande (1997, p.5-6) diz que “é indispensável verificar – através de investigações empíricas num corpus de dados muito grande, como aquele do ‘banco de inglês’ na Universidade de Birmingham – o grau de formalidade ou funcionalidade que nossa próxima geração de teorias deveria ter (BEAUGRANDE, 1994, 1996a, 1996b); nisso, estaria o meu lema: tão funcional como possível e tão formal como necessário”. E acrescenta: “Tal gramática, conforme o modelo funcional de Halliday, também apresentei no meu novo livro sobre ‘os fundamentos’ (BEAUGRANDE, 1996a)”. A proposta de Beaugrande é que se coloque “a gramática numa base tríplice, i.e. linguística, cognitiva e social” (1997, p.5) e que se use o termo ‘ciência do texto’ em vez de ‘linguística textual’, já que os pesquisadores com formação na linguística textual “deverão compreender-se antes como peritos de texto e colaboradores numa ampla ‘ciência transdisciplinar’”, na qual as perguntas relevantes, “que não são apenas ‘linguísticas’ no sentido comum deste termo [...] são analisadas e respondidas multidimensionalmente” (1997, p.9).

¹¹ Muito frequentemente os trabalhos de LT se referem ao objeto “competência comunicativa”, e alguns citam Hymes (1974).

aquelas que governam a constituição das expressões lingüísticas mas também as que governam os padrões de interação verbal, e se as primeiras são apenas instrumentais em relação a estas últimas (DIK, 1989, 1997), fica assentado que o fim último da busca de explicação se situa nos modos de uso das expressões lingüísticas. As frases são, em última análise, correspondentes lingüísticos de atos de fala, e, portanto, nada mais são do que a ponta de saída do esquema interacional¹². É um esquema, pois, em que a pragmática deixa de entrar como simples perspectiva para integrar uma gramática regulada pelas funções da linguagem, entendido que os componentes fundamentais do significado são os componentes funcionais. Ficam abrigadas na teoria as relações naturais entre discurso e gramática, tudo a partir da noção de que a produção do enunciado resulta da complicada troca que é a interação lingüística. Como aponto em Neves (2002, p.175), o que se faz nas propostas funcionalistas é falar de gramática falando de funcionamento e de funções, é configurar a gramática olhando para além da expressão lingüística, e, nesse tipo de análise, as estruturas que se ponham em exame "[...] constituirão, em princípio, amostras de cadeias que apenas medeiam, não estabelecem, a interação, cadeias representativas de um determinado momento de equilíbrio instável da língua."

Assim, o que está em consideração não é uma estrutura estanque e absolutamente autônoma, mas um sistema que, a partir de estruturas cognitivas expandidas de centros categoriais¹³, se revele em contínuo processo acomodativo (DU BOIS, 1985). Reconhece-se um embate entre pressões internas e pressões de ordem comunicativa, tais como os interesses dos interlocutores (a governar as atitudes), as necessidades informativas (a marcar com diferentes pesos as diferentes porções do enunciado) e as necessidades retóricas (a conferir relevo às diferentes instâncias da elocução). Porque dinâmicos e sensíveis às pressões do funcionamento lingüístico, os sistemas lingüísticos se prestam a uma adaptação contínua mas sempre equilibrada, dirigida para a satisfação das necessidades comunicativas dos falantes, o que leva ao reconhecimento de que, em qualquer estágio, a gramática é emergente (HOPPER, 1987).

¹² Não se trata, pois, daquela consideração de uma simples interpretação pragmática pela qual "introduziram-se 'atos de fala' como unidades ideais cuja relação com as unidades práticas da comunicação ficou inexplicada", de que fala Beaugrande (1997, p.4), citando Schegloff (1992).

¹³ Mondada e Dubois (1995, p.275) falam em "instabilidade constitutiva das categorias", defendendo que a prática de produção e de interpretação dos textos é atribuível a uma "[...] construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo". Assim, o sujeito constrói o mundo no curso da realização de suas atividades e o torna estável graças às categorias, especialmente às manifestadas no discurso.

Beaugrande (1997, p.4) afirma que a abertura da lingüística em respeito à semântica e à pragmática aconteceu “[...] como o primeiro movimento em direção à lingüística textual”¹⁴.

Nesse mesmo terreno, é notável a confluência de atenção entre a GF e a LT quanto à postulação de uma não-discretização, ou seja, quanto à noção de gradação no estabelecimento de entidades. Como diz Barros (1999, p.4), “[...] são os fatos lingüísticos instáveis, aqueles que não se resolvem como ‘ou isto ou aquilo’ que instigam os estudiosos da linguagem e os do discurso e do texto, antes de todos.”

Esse equilíbrio instável e essa fluidez de limites entre as entidades é, na verdade, o que o tratamento funcionalista coloca especialmente sob exame, na busca de entender como se obtém a comunicação com a linguagem, sempre implicados a necessidade e o desejo de sucesso na interação, ou seja, o cumprimento das metafunções da linguagem. O mais importante a destacar, acredito, é a proposta funcionalista de uma construção de sentido operando-se no fazer do texto, subordinando-se o exame das manifestações lingüísticas ao cumprimento das funções da linguagem, por via da consideração dos propósitos que fundamentam os usos da linguagem (HALLIDAY, 1985).

Acredito que qualquer dos temas que vêm sendo tratados na LT pode prestar-se à verificação de grandes pontos de harmonização entre as propostas da GF e os estudos da LT. Para condução das reflexões que aqui se trazem, vou tomar um dos processos básicos de constituição do enunciado, a referenciação, extensivamente tratado nos trabalhos mais recentes de LT, e vou pôr sob exame análises abrigadas na LT e abrigadas na GF a fim de comparar as propostas, considerando a hipótese de que elas se harmonizam. Interfere na reflexão uma categoria central do componente pragmático que o Funcionalismo (DIK, 1989, 1997) considera integrado à gramática, o Tópico (seja frasal seja discursivo), que, juntamente com o Foco, permite que os eventos descritos no discurso e as entidades neles envolvidas tenham sua importância comunicativa e sua relevância relativa estabelecidas¹⁵. O tópico discursivo, matéria e inspiração de grandes trabalhos da LT¹⁶, é uma entidade de estatuto teórico no modelo

¹⁴ À lingüística textual Beaugrande (1997, p.5) atribui um feito histórico, quando diz que ela “[...] livrou a semântica e a pragmática da sua camisa-de-força formal-interpretativa” e que ela “[...] dispôs-se a incluir os resultados de diferentes correntes de pesquisa, como a perspectiva funcional da frase da Escola de Praga (por ex.: Danes, Firbas), a teoria soviética de ação (por ex.: Leon’tev, Lurija), a teoria britânica do sistema lingüístico (por ex.: Halliday e Hasan), a psicologia cognitiva (por ex.: Kintsch, Rumelhart) e a inteligência artificial (por ex.: Schank, Woods).”

¹⁵ O capítulo 13 do v.1 de Dik (1997), denominado Pragmatic functions, dedica-se ao estudo das entidades Topic e Focus bem como das propriedades topicality e focality. Nos capítulos 13 e 14 do v.2, o autor volta a tratar do Foco.

¹⁶ Seja exemplo o conjunto de trabalhos do grupo de Organização Textual-Interativa do Projeto “Gramática do Português Falado”, de que invoco especialmente alguns que tratam mais marcadamente da organização

funcionalista, e nenhum desses trabalhos deixa, de, em última análise, invocar tais postulados teóricos.

Uma incursão pelo estudo da referenciação

No estudo da referenciação, em ambas as modalidades de estudo, é central a consideração da progressão referencial relacionada à progressão tópica.

Iniciemos pela assunção básica da LT¹⁷ de que o processo de referenciação não se reduz à identificação de objetos da realidade, mas diz respeito à própria constituição do texto como uma rede em que referentes são introduzidos como objetos-de-discurso (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995), e como tais são mantidos, segundo determinadas estratégias dependentes da formulação textual. Em ligação com a progressão ou a manutenção referencial que mapeia a teia do texto – preservação de referentes introduzidos, introdução de novos referentes, retomada e reintrodução de uns ou de outros, projeções referenciais – entende-se, pois, que se delinea a progressão ou a manutenção tópica, que sustenta a organização informativa e dirige o fluxo de informação.

Exatamente sobre isso diz a GF que todo o discurso é "sobre" alguma entidade (o tópico discursivo), que tem de ser apresentada pela primeira vez (o tópico novo) (DIK, 1997, p.314). Os tópicos discursivos podem ser vários, e podem ser hierarquizados (isto é, um pode ser mais central), eles podem ser de uma parte maior ou menor do discurso (livro, capítulo, seção, parágrafo, frase), podem ser seqüencialmente organizados ou ser não-relacionados, etc. Abstratamente, no discurso há um estoque de tópicos: vazio, no início, mas, depois, gradualmente, preenchido. Alguns tópicos desaparecem logo, outros ficam vivos durante todo o discurso, etc.

Tratando da categorização, que configura nominalmente as entidades, mostram os estudos de LT que um objeto pode ter sido configurado apenas discursivamente no texto e não ter ainda recebido nenhuma designação, isto é,

tópica da interação: Jubran et al. (1992); Jubran (1993, 1996a, 1996b, 1999); Koch (1999), que, na p.183, cita a Escola Funcionalista de Praga; Marcuschi (1996, 1999), que invoca o princípio funcionalista da iconicidade das formas; Risso, Silva e Urbano (1996), que, na p.45, falam em "[...] matizes mais ou menos flexíveis de oscilações, dentro dos quais é possível situar a 'classe' dos marcadores conversacionais", e, mais adiante, voltam a invocar esse princípio de base funcionalista que, na organização das categorias e dos elementos, concebe um continuum característico de uma série em movimento, com elementos mais típicos e mais modelares e elementos menos típicos e menos modelares, continuum que "[...] se tem revelado, em várias circunstâncias, como bastante pertinente para a definição e qualificação das configurações discursivas, em geral" (p.58); Travaglia (1999).

¹⁷ Eu mesma já iniciei um artigo com essas indicações (NEVES, 2001, p.993).

não ter sido categorizado. Pode, também, já ter sido nomeado, e, nesse caso, pode ocorrer uma recategorização. É uma vez que toda designação referente a uma porção de texto constitui, de certo modo, uma predicação, ou seja, uma atribuição de propriedades ao objeto designado, as duas designações – a inicial e a remissiva – estarão necessariamente enfeixando um conjunto de propriedades predicativas, e não totalmente coincidentes. Além de operar em termos de intensão (o que representa uma operação sobre a própria categorização inicial), a recategorização pode operar em termos de extensão, sem que a primeira categorização fique afetada. Nesses termos, a recategorização pode operar ampliação ou redução, fragmentação ou condensação do objeto, permanecendo inalterada a categorização lexical.

Disso cuida a GF quando trata da introdução primeira de um tópico (tópico novo) bem como da reintrodução de um tópico e de sua consideração, nesse caso, como tópico dado (DIK, 1997, p.314). O tópico novo é associado por Dik (1997, p.312) à outra categoria do componente pragmático, a focalidade: quando um novo participante é introduzido no discurso, ele é parte do gerenciamento da focalidade, porque concerne a entidades sobre as quais o falante quer dizer algo.

Na LT, uma reflexão básica diz respeito à cadeia referencial do texto, sendo ponto-chave das reflexões a coesão referencial, “[...] aquela em que um componente da superfície do texto faz remissão a outro(s) elemento(s) do universo textual” (KOCH, 1989, p.30).

O funcionalista Halliday (1985) atribui à adequação dos processos de textualização, isto é, ao bom cumprimento da função textual – aquela que confere relevância às outras duas, a ideacional e a interpessoal – a possibilidade de recuperação de um referente a partir de um item mencionado anteriormente no texto. Dik (1997, p.319) fala em “cadeia fórica” e “cadeia tópica” ao explicitar as estratégias de manutenção de tópico dado, ressaltando que os falantes usam estratégias destinadas a manter um tópico dado até quando ele for relevante para a comunicação. Falando da referência anafórica, ele especifica expedientes pelos quais o tópico dado é conservado vivo para posterior referência.

Quanto à identificabilidade e à acessibilidade, dizem os estudos de LT que uma referencição textual é bem sucedida quando o ouvinte consegue identificar o referente do discurso no ponto em que essa operação lhe é solicitada, e tal identificação ocorre quando o falante a deixou acessível. Isso configura duas propriedades da referencialidade no discurso, a identificabilidade e a acessibilidade, ambas ligadas à distribuição de informação, dependentes do contínuo em que se distribuem o dado e o novo no discurso (NEVES, 2001, p.995)¹⁸.

¹⁸ Vejam-se as referências a Du Bois (1985) e a Hopper (1987) na Introdução.

Para Chafe (1996, p.42), ambas as propriedades implicam associação com outras idéias. A acessibilidade, porém, requer uma espécie mais direta e imediata de inferência, já que não se limita a pessoas, objetos e abstrações, mas estende-se a eventos e estados. Na identificabilidade, propõe Chafe, estão implicados: em primeiro lugar, o julgamento, pelo falante, de que o conhecimento do referente a que se remete já é compartilhado (direta ou indiretamente) com o ouvinte; a seguir, a escolha, pelo falante, de uma linguagem com tal rigor de categorização que todos os referentes compartilhados por ele e pelo ouvinte se reduzam ao que está em questão; e, afinal, o julgamento, pelo falante, de que esse referente particular é o exemplar mais saliente da categoria, dentro daquele contexto¹⁹.

A GF (DIK, 1997, p.131) trata da disponibilidade de referentes, apontando como suas potenciais fontes:

a) a informação de longo termo de que dispõem os interlocutores, como em:

O sol já está todo além da linha do horizonte.²⁰

b) a informação introduzida em segmento precedente do texto, como em:

Entraram num pequeno cômodo de chão batido, iluminado por filô, cuja luz incidia sobre duas ou três enroladas (ao lado das quais estava deitado **um cachorro**) e sobre um velho toro de cedro chanfrando nas extremidades – um cepo, alguma coisa que podia servir de assento. Ao pressenti-los, o **cachorro** pôs-se de pé e entrou a latir; olhava para Jenner e Ricardo com o ar de espanto, orelhas fitas.

c) a construção do referente com base em informação perceptualmente disponível na situação, como em:

– Você está vendo **a bacia** daí?

d) a inferência da identidade do referente a partir de informação disponível em qualquer das outras fontes (a) – (d), como em:

Cada Estado tem de ceder duas pessoas para a comissão de alimentação, que tem a tarefa de cozinhar para os 600 sem-terra. **A comida** tem sido elogiada. O **prato** pode ser completado até onde permite a Lei da Gravidade, mas é proibido repetir.

¹⁹ Está em questão, mais uma vez, a instabilidade das categorias, que leva à noção de prototipia (TAYLOR, 1989).

²⁰ Os trechos usados para exemplificação foram retirados do banco de dados do Laboratório de Estudos Lexicográficos da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Câmpus de Araraquara, que abriga mais de cem milhões de ocorrências. Neste trabalho, não se considerou necessária a indicação da fonte de referência em cada exemplo.

Outro tema bastante tratado no estudo da referenciação, na LT, é a retomada de antecedente anafórico em situações mais complicadas. Há um exemplo de Charolles e Schnedecker (1993) constantemente invocado para ilustrar a discussão sobre a necessidade que existe, em certas situações, de escolha de um entre dois sintagmas nominais, como antecedente de uma anáfora, quando a remissão se segue a um processo transformador. Sugere-se que o primeiro referente apontado no discurso confere de algum modo à mistura sua categorização lingüística, como está em:

Ele verteu uísque em um copo. Acrescentou água e o bebeu.

Ele verteu água em um copo. Acrescentou uísque e a bebeu.

mas que isso ocorre especialmente se o primeiro referente apontado indica maior proporção do que o segundo, como está em:

Ele verteu três dedos de uísque em um copo. Acrescentou um pouquinho de água e o bebeu.

Ele verteu três dedos de água em um copo. Acrescentou um pouquinho de uísque e o bebeu.

Dik (1989, 1997) refere-se às estratégias pelas quais um TD que não foi mencionado durante algum tempo é revivescido e reestabelecido no discurso como um tópico retomado.

Também é recorrente, no estado atual da LT, a investigação da anáfora associativa, um tipo de anáfora nominal não-correferencial (CHAROLLES, 1994, p.67) pelo qual se introduz como conhecido um referente que ainda não foi explicitamente mencionado no contexto anterior mas que pode ser identificado com base em informação introduzida previamente no universo de discurso, configurada em um outro referente disponível no contexto:

O Cruz, tendo mais uma de suas idéias malucas, determinou que seria uma boa realizar uma sessão literária naquela cidade. Por intermédio de amigos conseguiu o sinal verde da prefeitura, para realizar a sessão **no coreto da praça principal e única**, e do delegado de polícia, para que o sarau se realizasse à noite e que se estendesse, caso necessário, até a madrugada.

Nesse enunciado, existe uma referência textual indireta, pela qual um novo referente – *coreto* – é introduzido como elemento anafórico. Entretanto, ele é anafórico não do referente de uma expressão antecedente – *cidade* – mas, sim, por via desse referente (KLEIBER, 1999, p.339).

Em muitos pontos a relação associativa difere da correferência, e, para mostrar isso, Charolles (1999, p.313) indica, especialmente, o fato de que o sintagma nominal anafórico associativo, diferentemente do correferencial, é novo, isto é, até a sua ocorrência “[...] a entidade não tinha sido mencionada, e, conseqüentemente, não era parte do conjunto de entidades já introduzidas no modelo do discurso.”

Desse modo, pode-se afirmar que a anáfora associativa introduz – e, não, remete a – um objeto de discurso, ou seja, ela cria um referente textual. A interpretação das seqüências associativas regularmente se assenta em informações já registradas, mas só ocorre em função do compartilhamento de conhecimento entre os interlocutores, e em função de estereótipos culturais (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1999, p.367) que cercam a interlocução. A anáfora associativa introduz um referente novo no discurso, e, por isso, nunca ocorre que o antecedente do sintagma anafórico associativo proporcione acesso direto desse sintagma ao referente. Segundo Kleiber, Schnedecker e Ujma (1994, p.10) é fator da anáfora associativa a existência de diferença entre o referente que a opera e aquele que, do ponto de vista referencial, serve de fonte para a associação, isto é, aquele que constituiu menção prévia.

A expressão “anáfora associativa”, segundo Apothéloz (1995, p.40), designa o processo operado por sintagmas nominais que apresentam, como características, de um lado, a dependência interpretativa relativa a um referente previamente introduzido ou designado, e, de outro lado, a não-correferência com a prévia designação desse referente. Desse modo, na anáfora associativa, o referente é apresentado como já conhecido ou como identificável, sem ter sido já designado e sem que seja indicada sua relação com outros referentes ou com outra informação já apresentada. Traços comumente aceitos da anáfora associativa são: a expressão de um novo referente anafórico, a relação de parte com todo nessa anáfora, e a conexão estereotípica (KLEIBER, 1994).

Dessa questão trata a GF (DIK, 1989, 1997), referindo-se ao fato de que, às vezes, dado um certo tópico, podemos falar de um outro tópico relacionado com ele como se já tivesse sido introduzido antes (*festa e música*), caso em que o segundo (*música*) pode ser chamado de subtópico. O que garante isso é o conhecimento comum de que existe música nas festas. Quer dizer que, depois que um tópico novo x foi introduzido no discurso, pode-se continuar a falar não apenas de x, mas também de todos os subtópicos que se julga que estão disponíveis para o ouvinte, com base na informação pragmática acessível, uma vez que x está disponível para ele.

Em todos os casos, o esquema, o *script* ou o *frame* que estão nas mentes (CHAFE, 1994, p.122), garantem as inferências que levam ao estabelecimento

da relação associativa necessária à interpretação dos referentes. Isso ocorre porque a anáfora deixa transparente o estatuto da relação que une as duas referências envolvidas, e, além disso, essa relação não tem a sua validade condicionada pelo contexto, isto é, tem genericidade.

O funcionalista Dik (1997, p.315) propõe parâmetros para essa investigação lançando a pergunta: "Que espécies de subtópicos podem ser associados a um determinado tópico dado?". E responde que essa associação ocorre quando há uma relação de inferência (DIK, 1997, p.324), isto é, quando o ouvinte é capaz de reconstruir alguma ligação, tomando o cuidado de indicar que, obviamente, algumas ligações são mais fáceis e previsíveis que outras.

Conclusão

Início as conclusões com considerações que fiz em Neves (2001, p.996), no propósito de defender que a anáfora referencial é mais do que uma retomada referencial. Apontei que o texto é criação discursiva, e o percurso referencial nele inserido se submete ao universo de entidades que se organizam discursivamente: em princípio, referentes são introduzidos, ou criados, no discurso, e nele são mantidos enquanto se mantiverem na condição de participantes dos eventos, ou na condição de suportes dos estados que constituem aquele universo discursivo. É aí que entra o percurso das unidades informativas a entrecruzar-se com o percurso fórico das entidades referenciais: uma unidade tópica pode erigir-se em ponto de apoio de retomadas referenciais textuais, sem que se tenha formalmente definido como sintagma explicitamente colocado no texto em posição de sustentar essas retomadas. O que ocorre é que, como aí aponto, referentes que se constituem no texto – seja por menção explícita seja por construção inferencial a partir de situações descritas – passam a fazer parte do conjunto temático (FANT, 1984) do texto, e como tal, entram no jogo em que se entrecruzam a referenciação textual propriamente dita – aí incluída a correferenciação – e a referenciação tópica, aquela que cria e relaciona as entidades que entram na organização informativa realizada pelas proposições do texto e nascida da organização das predicacões, estabelecida entre predicados e argumentos, com seus respectivos papéis.

Uma gramática que incorpora aos elementos formulativos – enunciados lingüísticos – as unidades temáticas, ou seja, uma gramática que inclui as unidades do fluxo de informação é, na sua base, funcionalista. Não é à toa que o desenvolvimento pioneiro do estudo da coesão textual (HALLIDAY; HASAN, 1976) – que não deixa de prover ingredientes sociolingüísticos como o registro,

por exemplo – é de um funcionalista, Halliday, o criador da gramática sistêmico-funcional²¹. Afirmar Halliday (1985, p.XIII) que sua gramática é funcional no sentido de que busca dar conta de como a linguagem é usada. Diz ele: "Todo texto – isto é, tudo que é dito ou escrito – aparece em algum contexto de uso; além disso, são os usos da língua que por dezenas de milhares de gerações, deram forma ao sistema. A linguagem desenvolveu-se para satisfazer a necessidades humanas; e o modo como ela é organizada é funcional com respeito a essas necessidades – não é arbitrário. Uma gramática funcional é essencialmente uma gramática "natural" no sentido de que tudo nela pode ser explicado, afinal, por referência a como a linguagem é usada." E acrescenta: "A partir daí, os componentes fundamentais de significado na linguagem são componentes funcionais. Todas as linguagens são organizadas em torno de dois principais tipos de significado, o ideal, ou reflexivo, e o interpessoal, ou ativo."

Afinal, registre-se que preocupação expressamente declarada de Halliday (1985, p.XVI) é com a análise do discurso, ou lingüística do texto. Ele se reporta aos lingüistas das principais escolas funcionais européias – a Escola de Praga, os funcionalistas franceses, a escola de Londres, a escola de Copenhague para dizer que "[...] todas, de modos diferentes mas relacionados, consideraram o texto como o objeto da lingüística ao lado do sistema" (HALLIDAY, 1985, p.XXII). Para ele, a análise do discurso tem de fundamentar-se num estudo do sistema da língua, e, ao mesmo tempo, a principal razão para estudar o sistema é lançar luz sobre o discurso – naquilo que as pessoas dizem e escrevem, ouvem e lêem.

Ressalva ele que a tendência natural é pensar o texto como um produto. De fato, reconhece, é geralmente a uma peça escrita que se dá o nome de "texto", e, mesmo que se admita a categoria "texto falado", normalmente o vemos como um objeto, e, para sermos capazes de observá-lo, nós o gravamos e o transcrevemos na forma escrita. Hjelmslev, entretanto, aponta Halliday (1985, p.XXII), pensou o texto como processo, referindo-se à linguagem como sistema e processo, e não é difícil seguir Hjelmslev nessa concepção; o problema para a análise do texto é que é muito mais difícil representar um processo do que um produto.

Concluindo, posso resumir a minha postulação de que as noções teóricas básicas de uma Lingüística do Texto estão contidas nas propostas teóricas do Funcionalismo Lingüístico com a invocação do fato de que a Lingüística Textual (mais rigorosamente, "Textual-interativa")²² implica o modelo de interação verbal

²¹ Diz Halliday (1985) que uma teoria sistêmica é uma teoria de significado como escolha, pela qual a língua, ou qualquer outro sistema semiótico, é interpretada como redes de opções. Confronte-se esta indicação com a referência a Barros (1999) do final da Introdução.

²² Ver nota 2.

que rege toda a proposta da Gramática Funcional da Holanda (DIK, 1989, 1997). Absolutamente encaixada no mais profundo desse esquema geral está a lição de nossa mestra maior nesse campo de estudos no Brasil:

O contexto, da forma como é hoje entendido no interior da Linguística Textual, abrange, portanto, não só o co-texto, como a situação de interação imediata, a situação mediata (entorno sociopolítico-cultural) e também o contexto sociocognitivo dos interlocutores, que, na verdade, subsume os demais. (KOCH, 2002, p.24).

NEVES, M. H. de M. Functionalism and text linguistics. **Revista do GEL**, São Paulo, v.1, n.1, p.71-89, 2003.

▣ **ABSTRACT:** *The paper claims that the basic notions of Text Linguistics (TL) are subsumed within Functional Grammar's theoretical framework. It argues that, if TL aims at 'text competence', its analytical tools must capture language use as a means of producing function-performing senses – i.e. a theory that provides the interpretation of (interactionally-motivated) texts themselves, which are, after all, the actual unities of linguistic performance.*

▣ **KEYWORDS:** *Text linguistics; functionalism; text competence.*

Referências

APOTHÉLOZ, D. **Rôle et fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle**. Genève: Librairie Droz S.A., 1995.

APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M.. Construction de la référence et stratégies de désignation. **TRANEL (Travaux Neuchâtelois de Linguistique)**, Neuchâtel, v.23, p.227-271, 1995.

_____. Interpretations and functions of demonstrative NPs in indirect anaphora. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v.31, p.363-397, 1999.

BARROS, D. L. P. Estudos do texto e do discurso no Brasil. **DELTA**, São Paulo, v.15, p.183-199, 1999. Número especial.

BEAUGRANDE, R. Function and Form in Language Theory and Research. The Tide is Turning. **Functions of Language**, Amsterdam, v.1/2, p.163-200, 1994.

_____. **New Foundations for a Science of Text and Discourse**. Norwood: Ablex, 1996a.

_____. The "Pragmatics" of doing Language Science. The "Warrant" for large-corpus linguistics. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v.25, p.503-535, 1996b.

_____. Textlinguistik: Zu neuen Ufern? In: ANTOS, G.; TIETZ, H. (Hrsg.). **Die Zukunft der Textlinguistik: Traditionen, Transformationen, Trends**. Tübingen: Niemeyer, 1997. p.1-12. Tradução portuguesa de Hans Peter Wieser. Mimeografado, p.1-10.

BLOOMFIELD, L. **Language**. Nova Iorque: Holt, 1933.

CASTILHO, A. T. de (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1993. v.3

CASTILHO, A. T. de; BASÍLIO, M. (Orgs.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1996. v.4

CHAFE, W. **Discourse, consciousness and time**. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1994.

_____. Inferring Identifiability and Accessibility. In: FRETHEIM, T.; GUNDEL, J. K. **Reference and referent accessibility**. Amsterdam: John Benjamins, 1996. p.37-46.

CHAROLLES, M. Anaphore associative, stéréotype et discours. In: SCNEDECKER, C. et. al. **L'anaphore associative**. Paris: Klincksieck, 1994. p.67-92.

_____. Associative Anaphora and its Interpretation. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v.31, p.311-326, 1999.

CHAROLLES, M.; SCHNEDECKER, C. Coréférence et identité. Le problème des référentes évolutifs. **Langages**, Paris, v.112, p.106-126, 1993.

CHOMSKY, N. **Syntactic structures**. The Hague: Mouton, 1957.

CONTE, M-E. (Ed.). **La linguistica testuale**. Milano: Feltrinelli, 1977.

DASCAL, M.; MARGALIT, A. A New "Revolution". **Linguistics? "Text-Grammar" vs. "Sentence-Grammars"**. **Theoretical Linguistics**, New York, v.1, n.1/2, p.195-213, 1974.

DIK, C. S. **The theory of functional grammar**. Dordrecht-Holland, Cinnaminson-U.S.A.: Foris Publications, 1989.

_____. **The theory of functional grammar**. Ed. by K. HENGEVELD. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997.

DU BOIS, J. W. Competing Motivations. In: HAIMAN, J. (Ed.). **Iconicity in syntax**. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p.343-365.

FANT, L. **Estructura informativa en español**: estudio sintáctico y entonativo. Uppsala: Uppsala Univ., 1984.

FRETHEIM, T.; GUNDEL, J. K. **Reference and referent accessibility**. Amsterdam: John Benjamins, 1996.

GIVÓN, T. **Syntax I**. New York: Academic Press, 1984.

HAIMAN, J. (Ed.). **Iconicity in syntax**. Amsterdam: John Benjamins, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, H. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.

HEINEMANN, W.; VIEHWEGER, D. **Textlinguistik. Eine Einführung**. Tübingen: Niemeyer, 1991.

HOPPER, P. J. Emergent Grammar. **Berkeley Linguistic Society**, Berkeley, v.13, p.139-157, 1987.

HYMES, D. **Foundations in sociolinguistics**. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1974.

IHWE, J. (Hrsg.). **Literaturwissenschaft und linguistik**. Frankfurt: Athenäum Fischer, 1971. Bd 1.

ILARI, R. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1992. v.2

JUBRAN, C. A. S. Inserção: um fenômeno de descontinuidade na organização tópica. In: CASTILHO, A. T. de (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1993. v.3. p.61-74.

_____. Parênteses: propriedades identificadoras. In: CASTILHO, A. T. de; BASÍLIO, M. (Orgs.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1996a. v.4. p.411-421.

_____. Para uma descrição textual-interativa das funções da parentetização. In: KATO, M. A. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1996b. v.5. p.339-354.

_____. Funções textuais-interativas dos parênteses. In: NEVES, M. H. M. (Org.). **Gramática do português falado**. São Paulo, Campinas: Humanitas-FFLCH/USP, Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1999. v.7. p.131-158.

JUBRAN, C. A. S. et al. Organização tópica da conversação. In: ILARI, R. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1992. v.2. p. 357-447.

KATO, M. A. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1996. v.5

KLEIBER, G. Discours et stéréotypie: le contexte peut-il remettre d'aplomb une anaphore associative mal formée? In: SCHNEDECKER, C. et al. (Eds.). **L'anaphore associative: aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques**. Paris: Klincksieck, 1994. p.93-116.

_____. Associative Anaphora and Part-whole relationship: The Condition of Alienation and the Principle of Ontological Congruence. **Journal of Pragmatics**, Amsterdam, v.31, n.3, p.339-362, 1999.

KLEIBER, G.; SCHNEDECKER, C.; UJMA, L. L'anaphore associative, d'une conception à l'autre. In: SCHNEDECKER, C. et al. (Eds.). **L'anaphore associative: aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques**. Paris: Klincksieck, 1994. p.5-66.

KOCH, I. G. V. **Coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. Segmentação: uma estratégia de construção do texto falado. In: NEVES, M. H. M. (Org.). **Gramática do português falado**. São Paulo, Campinas: Humanitas-FFLCH/USP, Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1999. v.7. p.29-52.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, I. G. V. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1996. v.6

KOCH, I. G. V.; FAVERO, L. L. **Linguística textual: introdução**. São Paulo: Cortez, 1983.

MARCUSCHI, L. A. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In: KOCH, I. G. V. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1996. v.6. p.95-129.

_____. A hesitação. In: NEVES, M. H. M. (Org.). **Gramática do português falado**. São Paulo, Campinas: Humanitas-FFLCH/USP, Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1999. v.7. p.159-195.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construction des objets de discours et catégorization: une approche des processus de référenciation. **TRANEL (Travaux Neuchâtelois de Linguistique)**, Neuchatel, v.23, p.273-302, 1995.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. A referenciação e a constituição do texto: reflexões no uso da língua portuguesa. **Revue Belge de Philologie et d'Histoire**, Bruxelles, v.79, n.3, p.993-1016, 2001.

_____. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

- NEVES, M. H. M. (Org.). **Gramática do português falado**. São Paulo, Campinas: Humanitas-FFLCH/USP, Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1999. v.7
- PARRET, H.; VIEHWEGER, J. (Eds.). **On searle on conversation**. Amsterdam: Benjamins, 1992.
- PETÖFI, J. S. Probleme der ko-textuellen Analyse von Texten. In: IHWE, J. (Hrsg.). **Literaturwissenschaft und Linguistik**. Frankfurt: Athenäum Fischer, 1971. Bd 1. p.173-213.
- _____. The Syntactico-Semantic Organization of Text-Structures. **Poetics**, v.3, p.56-99, 1972.
- _____. Towards an Empirically Motivated Theory of Verbal Text. In: PETÖFI, J. S.; RIESER, H. (Eds.). **Studies in text grammar**. The Hague: Mouton, 1973.
- _____. Semantica, pragmática, teoria del texto. In: CONTE, M-E. (a cura di). **La linguistica testuale**. Milano: Feltrinelli, 1974.
- _____. Beyond the Sentence, between Linguistics and Logic. **Style and Text**. Stockholm: Skriptor, 1975.
- PETÖFI, J. S. (Ed.) **Text vs. Sentence. Basic Questions of Text Linguistics**. Hamburg: Buske, 1979.
- PETÖFI, J. S.; RIESER, H. (Eds.) **Studies in text grammar**. The Hague: Mouton, 1973.
- RISSO, M. S.; SILVA, G. M. O.; URBANO, H. Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. G. V. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1996. v.6. p.21-94.
- SCHEGLOFF, E. To Searle on Conversation. A Note in Return. In: PARRET, H.; VIEHWEGER, J. (Eds.). **On searle on conversation**. Amsterdam: Benjamins, 1992. p.113-128.
- SCHNEDECKER, C. et al. (Eds.). **L'anaphore associative: aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques**. Paris: Klincksieck, 1994.
- SCHNEDECKER, C. et al. **L'anaphore associative**. Paris: Klincksieck, 1994.
- TAYLOR, J. R. **Linguistic categorization**. Prototypes in Linguistic Theory. New York: Oxford University Press, 1989.
- TRAVAGLIA, L. C. O relevo no português falado: tipos e estratégias, processos e recursos. In: NEVES, M. H. M. (Org.). **Gramática do português falado**. São Paulo, Campinas: Humanitas-FFLCH/USP, Ed. da UNICAMP, FAPESP, 1999. v.7, p.77-130.
- VAN DIJK, T. A. **Some aspects of text grammars: a study in theoretical linguistics and poetics**. The Hague: Mouton, 1972.

VAN DIJK, T. A. Text Grammar and Text Logic. In: PETÖFI, J. S.; RIESER, H. (Eds.). **Studies in text grammar**. The Hague: Mouton, 1973. p.17-79.

VILELA, M.; KOCH, I. G. V. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra: Almedina, 2001.